

**O PEDAÇO DE CHÃO BEM-AVENTURADO, TERRA SEM MALES, TERRA PROMETIDA. O QUILOMBO COSTANEIRA NA PERSPECTIVA DA CIRCULARIDADE.**

**THE BLESSED PIECE OF LAND, LAND WITHOUT EVIL, PROMISED LAND. THE COSTANEIRA QUILOMBO FROM THE PERSPECTIVE OF CIRCULARITY.**

**EL TROZO DE TIERRA BENDECIDO, TIERRA SIN MALES, TIERRA PROMETIDA. EL QUILOMBO CUSTANEIRA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA CIRCULARIDAD.**

João Victor de Oliveira Sousa<sup>1</sup>  
Nilton de Almeida Araújo<sup>2</sup>  
Hilaryo Barbosa Guimarães<sup>3</sup>  
Virna Rodrigues Leal Moura<sup>4</sup>  
Yana de Moura Gonçalves<sup>5</sup>  
Timna da Paixão Fagundes Pereira<sup>6</sup>

**RESUMO**

Este trabalho propõe uma discussão que toma os quilombos e suas práticas, sobretudo religiosas e culturais, como estratégias de resistência aos ditames do colonialismo escravocrata e aos reflexos que ainda incidem mesmo após a abolição legal da escravidão no Brasil, formalizada pela Lei 3.353 de 1888, utilizando-se ao fim o exemplo das práticas religiosas da comunidade quilombola Custaneira/Tronco localizada no município de Paquetá do Piauí. Para a construção dos argumentos foram utilizadas fontes de natureza bibliográfica e documental e foi feita uma pesquisa de natureza descritiva. Através deste estudo constatou-se que a resistência aos ditames escravocratas e aos reflexos por eles deixados e perpetrados ao longo dos tempos continuam sendo as manifestações culturais e religiosas uma das mais fortes estratégias de subverter a lógica colonial.

**Palavras – Chaves:** Quilombos. Práticas. Resistência.

**ABSTRACT**

<sup>1</sup> Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF) Endereço: Rod. BA-210. Km4, S/n-Malhada da Areia, Juazeiro-BA. E-mail: joacentral28@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituição: Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF). Endereço: Rod. BA-210. Km4, S/n-Malhada da Areia, Juazeiro-BA. E-mail: nilton.almeida@univasf.edu.br

<sup>3</sup> Bacharel em Direito. Instituição: Instituto Educacional Raimundo de Sá (IERSA). Endereço: BR 316, Km 302, Bairro Altamira, Picos-PI. E-mail: hilaryobg@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Direito. Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Endereço: R. Des. Berillo Mota, s/n-Itararé, Teresina-PI. E-mail: vrodrigues63@gmail.com

<sup>5</sup> Mestra em sociologia. Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Endereço: Av. Joaquim Manoel, 1800, Valença do Piauí. E-mail: yanamoura@outlook.com

<sup>6</sup> Bacharel em Direito. Instituição: Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF). Endereço: Rod. BA-210. Km4, S/n-Malhada da Areia, Juazeiro-BA. E-mail: timnapro@gmail.com

This work proposes a discussion that takes quilombos and their practices, especially religious and cultural, as strategies of resistance to the dictates of slave colonialism and the consequences that still apply even after the legal abolition of slavery in Brazil, formalized by Law 3,353 of 1888. Finally, using the example of the religious practices of the Custaneira/Tronco quilombola community located in the municipality of Paquetá do Piauí. To construct the arguments, bibliographic and documentary sources were used and descriptive research was carried out. Through this study it was found that resistance to slavery dictates and the consequences they left and perpetrated over time continue to be cultural and religious manifestations one of the strongest strategies for subverting colonial logic.

**Keywords:** Quilombos. Practices. Resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante séculos a política escravocrata, a qual tinha como primeira base de sustentação o trabalho forçado de povos oriundos de diversas nações africanas, se constituiu como a principal forma de trabalho que movimentou o aparato econômico daquele período.

O domínio europeu não se concentrou somente no apoderamento dos corpos dos povos africanos, mas também visou sequestrar elementos intrínsecos à sua essência e existência, como seus valores, crenças, culturas e hábitos, impondo a eles os modos do colonizador e marginalizando os saberes, modos, raízes e africanidades, o que fez com que os povos escravizados adotassem estratégias de resistência a este sistema.

Diante desse contexto, os povos escravizados desenvolveram estratégias de resistência, sendo uma delas a fuga para espaços afastados das fazendas onde eram compulsoriamente submetidos a trabalhos forçados. Esses locais, conhecidos como Quilombos, não apenas representaram refúgios contra os ditames coloniais escravocratas, mas também se tornaram ambientes nos quais seus saberes, ancestralidades e valores foram preservados e revitalizados.

Passado mais de um século da abolição legal da escravidão, no entanto, os resquícios deste período ainda se fazem presentes e o processo de resistência dos povos remanescentes destes quilombos não apenas continua, mas está muito longe de acabar. Exemplo disso são as diversas comunidades quilombolas que existem em toda a extensão do território brasileiro, que sobrevivem e resistem dia após dia buscando



preservar sua constituição, modos, religiões, culturas e fazeres frente a um sistema que ainda produz marcas e reproduz práticas que afrontam seus direitos enquanto pessoas.

A partir deste contexto, o presente trabalho realiza um estudo que toma os Quilombos e suas práticas sobretudo sociais e religiosas como estratégias de resistência no período escravista e pós abolição, tomando ao fim da pesquisa a comunidade quilombola da Custaneira/Tronco, localizada no município de Paquetá do Piauí, como exemplo da continuidade deste processo de resistência, tanto através da sua organização social naquele território, quanto através das suas práticas, sobretudo as religiosas.

Para a consecução da temática proposta, o trabalho se valeu da pesquisa de natureza bibliográfica, que contemplou livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e entrevistas, documental, através do estudo de legislações atinentes ao tema, e foi construída uma análise de caráter qualitativo.

Deste modo, estruturou-se o trabalho em três partes, sendo que a primeira aborda o contexto escravocrata onde se insere a constituição dos Quilombos enquanto núcleos de resistência em sentido amplo; na segunda são tecidas considerações acerca da tríade cultura-territorialidade-religiosidade enquanto instrumentos de resistência e autoafirmação nas comunidades quilombolas; por fim, a terceira parte traz um estudo acerca das práticas religiosas da comunidade Custaneira/Tronco em Paquetá do Piauí, como forma de manter e preservar os costumes e a identidade daquele espaço, mas também de prosseguir com seu processo contínuo de resistência.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Aspectos do processo de escravização dos povos africanos no Brasil: nuances e resistências.

No íterim que contempla os séculos XIV e XIX milhares de homens e mulheres tiveram violadas as suas condições de seres humanos ao serem transformados em mercadoria negociável pelo processo de escravização no território brasileiro, cujo intuito principal era dispor de mão de obra para garantir a produção agrícola em larga escala e, conseqüentemente, obter lucros extraordinários (Leite, 2017).

Este processo se deu principalmente através do tráfico de africanos oriundos de diversas nações daquele continente para terras americanas, incluindo o Brasil, principal

colônia de Portugal. Prosseguindo com a explicação das nuances atinentes a esta questão, Leite (2017, p. 65), destaca que

O Brasil envolveu-se plenamente nessa trágica aventura da escravidão. Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente para o nosso país cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão moderna. Foram eles e seus descendentes que constituíram a quase total força de trabalho existente durante os mais de trezentos anos em que vigorou a instituição escravocrata brasileira. Assim, a escravidão acabou por penetrar todos os aspectos da sociedade brasileira durante esse período.

A escravidão, portanto, foi um elemento decisivo para a constituição do Brasil atual, pois envolveu a migração forçada de mais de cinco milhões de africanos de meados do século XVI até o ano de 1850, tornando-se, pois, a fonte predominante de mão de obra do país e, provavelmente, o maior percentual da população brasileira até o século XVIII (Versiani, 2016). A economia brasileira deste período muito dependeu da mão de obra escrava, o que fica evidente, por exemplo, quando se alude ao fato do Brasil ter sido o último país a decretar a abolição da escravidão, o que não significou, todavia, que estes povos eram sujeitos detentores de direitos, uma vez que a cultura da segregação racial e a nova ordem social, econômica e política não garantiu aos povos escravizados direitos hodiernamente tidos como fundamentais e inerentes ao mínimo existencial para o usufruto de uma vida digna.

Os trabalhos forçados aos quais os povos escravizados eram submetidos abrangiam desde serviços domésticos aos trabalhos externos em lavouras, sendo que ambos abarcavam jornadas exaustivas que duravam aproximadamente de 14 a 16 horas diárias, alimentavam-se mal, se expunham à todas as adversidades climáticas e eram obrigados a viver amontoados em senzalas impróprias para a habitação. Além da obrigatoriedade de executar árduos trabalhos de maneira forçada e obedecer à todas regras que lhes eram impostas, os povos escravizados deviam fidelidade, humildade e aceitação dos valores brancos, o que incluía a obrigatoriedade de utilizar o português como idioma e o cristianismo como religião (Biblioteca Nacional, 1988).

Além da questão laboral, cabe destacar que no curso deste processo os povos escravizados, cujas origens, línguas, costumes e religiões eram múltiplas, foram submetidos a um processo de homogeneização, que desconsiderou a sua diversidade em todos os aspectos e lhes atribuiu um sentido unívoco de representatividade ao taxa-los

somente como “africanos”. Não somente a força de trabalho destes povos foi tomada, mas também as heterogeneidades das suas origens.

Para Antônio Bispo dos Santos (2015), ao denominarem estes povos diversos apenas como “negros” os colonizadores utilizaram a mesma estratégia usada contra os povos pindorâmicos de quebra de identidade por meio da técnica da domesticação. Este processo de escravização tal qual se deu no Brasil “tentou destituir os povos afro-pindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas” (Santos, 2015, p. 37).

Leite (2017) destaca que este processo do qual emanavam múltiplas violências não ocorreu de forma pacífica. As práticas a ele inerentes, pontua, eram difíceis de administrar, visto que diversos entraves eram impostos pelas vítimas que se manifestavam através das mais diversas formas de resistência, que se iniciavam ainda em terras do continente africano e continuavam por meio daqueles que sobreviviam à travessia do Atlântico, tendo sido as fugas com as posteriores formações de quilombos os maiores símbolos da resistência escrava no Brasil.

Este mecanismo de exploração decorrente do colonialismo europeu que naturalizou o processo de desigualdades em todos os seus aspectos e buscou estabelecer um pensamento hegemônico através de um discurso eurocêntrico que desconsiderava a heterogeneidade dos povos escravizados, além das formas de trabalho forçado que extrapolavam os limites do aceitável foram fatores que contribuíram para o aquilombamento.

Este processo, destaca Flávio dos Santos Gomes (2015), surgiu desde as primeiras décadas da colonização, tendo as comunidades inicialmente recebido a denominação de mocambos e, posteriormente, de quilombos.

O povo da África, ao chegar ao Brasil, imediatamente se rebelou contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, formando comunidades em parceria com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo (Santos, 2015, p. 48).

Os quilombos, se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos e por atraírem cada vez mais fugitivos as autoridades coloniais os classificavam como um “contagioso mal”. (Gomes, 2015).

O surgimento de um quilombo atraía a repressão, assim como mais fugas para ele. Isso era o que talvez mais causasse preocupação aos fazendeiros. Cativos desertores diminuía a força de trabalho disponível; além disso, quilombos na vizinhança funcionavam como polo de atração para mais e novas escapadas. Notícias sobre quilombos se espalhavam em várias regiões. Há mesmo registros de africanos escravizados recém-desembarcados do tráfico atlântico, que acabavam logo fugindo para eles. Quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista. Também não era incomum que habitantes de quilombos de recente formação se agrupassem para atacar fazendas e engenhos, arregimentando mais escravos (Gomes, 2015, p. 07).

Todavia, há que se destacar, alertam Furtado, Pedroza e Santos (2014), que a historiografia aponta a existência de uma diversidade na formação das comunidades quilombolas e na ligação com o universo simbólico permeado por lutas e fugas, sendo o difícil acesso aos seus territórios uma característica fundamental, o que dificultava a entrada de caçadores de escravos, milícias ou quaisquer outros agentes que colocassem a sua organização em risco. Apesar da diversidade de povos e das particularidades presentes nas suas formas de organização, portanto, há em comum entre elas o fato das suas manifestações, sobretudo culturais e religiosas, se constituírem não apenas como um modo de externar os seus modos, mas de estabelecer elos entre os indivíduos e com os seus territórios.

Assim, os quilombos não representavam somente espaços de fuga do trabalho forçado e das condições desumanas impostas pelo escravismo do sistema colonial, mas, como destaca Almeida (1999), como espaços que comportavam uma complexa diversidade étnica e social que era excluída e vivia em conflito com a colônia, o que fez com que os quilombos se tornassem espaços emblemáticos no processo de resistência ao regime escravista, que se sustentava tanto na força física, quanto no poder simbólico.

A constituição de quilombos foi um movimento emancipador que antecedeu o próprio movimento abolicionista e se caracterizava pelo seu caráter radical, bem como por ser constituído como um módulo de resistência representativa, seja pela sua quantidade, seja pela sua continuidade histórica, razão pela qual devem estes espaços ser compreendidos como constitutivos de diversidade étnica, de mobilidade, de comunicação, de inter-relações e não apenas como local de fugidos e isolados (Pedroza, 2011).

Representaram, portanto, uma forma de resistência permanente ao sistema escravista, visto que durante todo o transcurso da sua existência eles foram não apenas uma força de desgaste que atuava nos flancos do sistema escravista, mas como algo que agia no seu centro, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que possibilitava a construção de uma organização formada por homens livres (Moura, 2021).

O Quilombo foi a principal forma de resistência dos povos escravizados contra a política escravocrata repressiva que, além de dispensar tratamentos cruéis e degradantes àqueles que se encontravam no seu poderio, repreendia com violência aqueles que dele saíam clandestinamente e alçavam seus rumos para a direção de algum Quilombo. Diante desta violência constante, a vigilância era uma medida permanente.

Internamente, desenvolvia-se uma indústria de guerra dos próprios quilombolas, os quais fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos bélicos. Era uma forma de preservarem sua população das constantes investidas das forças escravistas. Além disso, estabeleciam sistemas de defesa, como muralhas, paliçadas, buracos com estrepes (lanças), para surpreender os invasores (Moura, 2021, p. 36).

As estratégias de resistência ao sistema escravocrata e de sobrevivência às agruras deste sistema, ambas constituídas com a consolidação dos Quilombo em várias partes do território brasileiro, sendo o de Palmares considerado o maior deles, além de serem uma fonte importante para a compreensão das nuances da escravização dos povos africanos por mais de três séculos, trazem muitos elementos que explicam a formação da diversidade social, da multiculturalidade brasileira e de diversas questões que prevalecem na estruturação da sociedade brasileira, como o racismo, a marginalização de culturas e costumes oriundos de comunidades afro, as desigualdades de acesso a determinados cargos em várias instâncias, dentre outras.

## **2.2 Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia: a cultura, territorialidade e religiosidade como instrumentos de resistência e autoafirmação.**

A consolidação das comunidades quilombolas no território brasileiro enquanto forma de resistência ao sistema escravocrata ocasionou como uma das consequências a construção de organizações sociais próprias nestes espaços que contavam com traços e características que eram reflexo dos saberes, fazeres e interações dos sujeitos que as

constituíam, os quais, além de serem fruto da construção de vivências alheias aos mandamentos opressivos senhoriais, se tornaram uma forma de resistência.

Consideradas as respectivas particularidades, cada comunidade Quilombola possuía diversidade econômica, política, social e cultural, que dependia da sua localização geográfica no território brasileiro e da sua estruturação interna, sendo que tais peculiaridades produziram diferenças nos processos de resistência e sobrevivência desses grupos sociais, sobretudo no tocante aos modos de se relacionarem com a opressão do Estado Colonial (PEDROZA, 2022).

Todavia, mais do que um símbolo de resistência a um sistema político e econômico que roubava a liberdade em todos os aspectos, a força de trabalho e a dignidade dos povos escravizados, os Quilombos se constituíram também como um espaço de resistência étnica, pois, apesar da sua composição contemplar sujeitos de origens diversas. Os modelos constitutivos da sua formação baseavam-se em aparatos arraigados aos saberes não coloniais, os quais contemplavam uma diversidade de grupos.

Flávio dos Santos Gomes (2015) destaca que as formas culturais das comunidades quilombolas era algo adaptado, visto que estes espaços reuniam pessoas com diversas origens étnicas que adaptavam suas práticas e costumes a partir de uma perspectiva comum. Neste sentido, as construções culturais foram feitas a partir de adaptações culturais socialmente dialogadas com o intuito de contemplar a todos sem se desvencilhar das raízes africanas.

Estas construções culturais faziam destes sujeitos os protagonistas da sua própria história e estabeleciam a consolidação das suas identidades a partir das suas próprias perspectivas, fazendo com que os espaços dos Quilombos além de serem um espaço de luta contra os abusos senhoriais do sistema escravocrata fossem lugares de autoafirmação dos saberes, fazeres e modos de vida destes povos.

Assim, este âmbito imaterial, simbólico, se constituiu como um importante instrumento de autoafirmação e resistência por ter promovido a ressignificação das suas identidades e a fuga de um sistema opressivo senhorial para um espaço construído com base em perspectivas, valores e práticas que consideravam as particularidades e singularidades daqueles povos, o que havia sido ceifado pelo escravismo.

Frise-se ainda que as manifestações culturais das comunidades Quilombolas, enquanto instrumentos de resistência não se constituíam tão somente como práticas,





conhecimentos e valores que orientavam crenças e ações dentro do campo, mas como algo que, necessariamente, estabelecia um elo entre os indivíduos e o território que os acolhia. Neste sentido,

A cultura é de alguma maneira, aquilo que se estende do solo, ela é uma ‘lei da terra’ que inscreve os seres no território, e está acoplada aos domínios mágicos que surgiram do solo sagrado; ela não pode ser perpetrada senão pelos seres humanos nascidos de ancestrais surgidos deste território. Ela tem assim uma identidade profunda entre o sangue (o parentesco) e a terra (território), e assim, com as bases muito intensas da ideologia territorial (Salomão; Castro, 2018, p. 245-246).

Logo, a cultura enquanto instrumento de autoafirmação e resistência é algo imbricado à consciência territorial, o que faz com que o espaço não seja concebido como um espaço neutro, mas como algo que teve alterada a realidade natural para que fossem instituídas paisagens próprias e humanizadas (Salomão; Castro, 2018), perspectiva bem distante daquela do sistema escravocrata, que concebia o território tão somente como um espaço provedor de interesses econômicos e que, em nome disso, promovia a escravização de povos diversos para o atendimento de interesses meramente econômicos.

A lógica da resistência Quilombola, deste modo, se pauta no que Antônio Bispo dos Santos chama de contra colonização, perspectiva que se constitui como “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (Santos, 2015, p. 48), e

Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades (Santos, 2015, p. 48).

A trajetória dos Quilombos, portanto, é territorial, étnica e política pois, além de fornecer aos povos escravizados a possibilidade de viver em um espaço alheio aos ditames coloniais e escravocratas, lhes permitia viver sob os moldes dos modelos construídos por suas próprias experiências, razão pela qual este espaço se constitui como uma das mais importantes fontes para reconhecer a identidade dos povos afro-pindorâmicos. Deste modo,

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos que, ainda que não houvesse outras razões, se pode dizer, com certa dose de segurança, que os negros por ele responsáveis eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros crioulos, nascidos e criados no Brasil. Os quilombos, deste modo, foram - para usar a expressão agora corrente em etnologia - um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos (Carneiro, 1958, p. 14).

A resistência no âmbito dos quilombos representa muito mais que uma luta pela sobrevivência, sendo ela um elemento que instiga a criação de uma consciência coletiva de lutar pela sobrevivência das suas culturas, modos, formas e concepções de mundo. Há, assim, um caráter pedagógico na resistência contínua dos povos africanos, pois ao passo que representa uma luta em todos os aspectos, traz ensinamentos que se imbricam no seio da coletividade, que orientam as práticas sociais, que se constituem como um fazer não apenas cultural, mas social e político que vai na contramão da opressão colonial. Assim é demonstrada a afrocentricidade, que, além de ser uma das nuances da resistência às políticas coloniais e eurocêntricas é algo arraigado às raízes destes povos.

As práticas religiosas também integram o aparato de resistência destas comunidades ao sistema escravista, pois foram e continuam a ser meios de preservação da história e da cultura dos povos afrodescendentes.

Ao fazerem menção ao trabalho de Paulo Sérgio Medeiros Barbosa, Machado e Rosa (2022) pontuam que as práticas religiosas dos quilombos são entrelaçadas às práticas culturais, pois as festividades religiosas sempre foram ocasiões em que os Quilombolas puseram expressar a sua cultura, que juntamente com as suas práticas religiosas, lembram os autores retromencionados, foi negada e perseguida e discriminada pelos eurocristãos que impunham a catequese da Igreja Católica Romana. Portanto,

Mesmo com a proibição e a marginalização os negros e negras escravizados reinventaram e resistiram e graças a isso, podemos ver no Brasil vários elementos das religiões de matrizes africanas em vários aspectos da sociedade. Inclusive religiões, que de forma responsável e bem analisada, chamamos de afro-brasileiras nascidas ou recriadas a partir de um processo sincrético. No entanto, essas

religiões continuam sendo vistas com desconfiança por grande parte da população e consideradas inferiores e malditas, apesar da apregoada liberdade de expressão religiosa (Vieira, 2020, p. 68)

Apesar das religiões de origem africana terem sido encaradas pelas camadas dominantes não apenas diferentes do catolicismo professado pelo colonizador português, mas como primitivas, inferiores, falsas e ameaçadoras, o que fazia gerar repressões e perseguições (Vieira, 2020), estes povos se reinventaram e os espaços dos quilombos se constituíram como meios e elementos fundamentais para esta resistência. Os elementos de caráter religioso, portanto, foram fundamentais no processo de resistência dos africanos ao sistema escravagista estabelecido no Brasil, pois através deles, encontraram forças para sobreviver aos maus tratos e lutar pela sua liberdade. A fé foi essencial na vida desse povo (Silva; Ávila; Maciel, 2010)

Esta reinvenção ocorreu, sobretudo, a partir do sincretismo religioso, que envolvia a mesclagem de elementos religiosos africanos a elementos típicos do catolicismo como, por exemplo, as imagens de santos. Ao explicar o significado deste sincretismo, Vieira (2020, p. 17), utilizando-se do pensamento de Sérgio Figueiredo Ferreti, autor da obra “Repensando o Sincretismo”, o define como

A interação cultural sofrida por transformação simbólica, presentes nos africanos em diáspora, trazidos de forma forçada ao Brasil. Um processo de assimilação mediado pela violência e pelo medo que vai moldando uma nova forma de religiosidade mesclada com obrigações Católica e saberes trazidos da África, envolvendo e assimilando também com práticas indígenas e kardecistas, possibilitando novas identidades religiosas com diferentes fases e direções.

O sincretismo se constitui como um importante instrumento que possibilitou a resistência aos ditames do sistema escravocrata e, de alguma forma, a adaptação a um espaço tão distante das suas origens.

As práticas religiosas dos povos africanos, portanto, são também sociopolíticas, tendo os seus saberes e modos se perpetuado por diversas gerações fazendo que mesmo após a abolição legal da escravidão elas continuassem a representar um estado constante de resistência.

Esta perspectiva da religiosidade enquanto fazer político e meio de resistência a um sistema opressivo também influenciou outros movimentos do território brasileiro como, por exemplo, o do Arraial de Canudos, espaço constituído basicamente por



indivíduos desprovidos de privilégios e marginalizados perante o sistema político vigente e que encontrou em Antônio Conselheiro não apenas um líder comunitário, mas uma espécie de “Messias”.

Após ter sido formalmente proclamada a República, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, que era adepto à forma de governo monárquica, se instalou na abandonada fazenda de Canudos no ano de 1893, à qual virou posteriormente o Arraial de Canudos, que experimentou no decorrer da sua existência um vertiginoso crescimento demográfico.

Enquanto líder daquela comunidade, Antônio Conselheiro, utilizava como forma de exercer a sua atividade de liderança a pregação do evangelho sob as bases do catolicismo, religião diretamente ligada ao Estado e cujos preceitos doutrinários marcados pelo conservadorismo só podiam ser disseminados por membros reconhecidos formalmente pelo Vaticano, sendo vedada tal prática à comunidade leiga. O líder messiânico,

Imbui-se de tal forma da nova concepção de vida, que executa aquela engenharia com alto espírito religioso. Sua aparência exemplar é de penitente, notada por todos que o têm na maior consideração. Não alimenta afeições humanas incompatíveis com a sua vida de peregrino, mas é estimado por quantos lêem a sinceridade em todos os seus atos (Nogueira, 1978, p. 6).

Adentrando nas entranhas da comunidade que liderou tocando nas questões mais sensíveis que se faziam presentes naquele meio, como as desigualdades e injustiças sociais, utilizando-se sobretudo de um discurso religioso mais acessível, Antônio Conselheiro utilizou a religião, aspecto marcante e presente na vida social, como um meio de buscar transmitir não apenas a espiritualidade, mas a justiça e a necessidade de resistência às opressões advindas do poder Estatal e de todo o aparato institucional que lhe dava sustentação.

Conselheiro se fez e foi líder natural de milhares de sertanejos injustiçados socialmente, a linguagem usada era a mais estendida e adequada ao povo que o seguia. Isso acontecia em primeiro lugar porque o líder se fazia membro desse povo; em segundo, porque tinha conhecimento além da cultura popular que mobilizava para ajudar esse povo; em terceiro, porque sensível à situação de injustiça à qual vivia esse povo, traçou objetivos a serem alcançados, tanto no plano social, quanto no plano religioso (Andrade, 2008, p. 35-36).

A religiosidade enquanto prática humana é um instrumento político, cuja ligação não se limita ao viés do místico e do sagrado. Sobretudo no caso dos afrodescendentes, se constituiu como um meio de manifestação de resistência ao sistema colonial escravocrata, que roubou muito mais do que a sua força de trabalho, e cujo o uso tal qual se deu naquele contexto se deu também em Canudos, considerando as suas particularidades.

### **2.3 O saber ancestral transfluído pelo tempo: cultura e religião no quilombo Custaneira de Paquetá do Piauí**

#### **2.3.1 Aspectos gerais dos remanescentes de quilombos na atualidade**

Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei 3.353 em que foi declarada de forma legal e oficial a extinção da escravidão no território brasileiro, tendo a referida lei exigido ainda a revogação de todas as disposições em contrário e exigido das autoridades competentes o cumprimento do ditame na sua integralidade (Brasil, 1888).

Esta nova ordem posta pelo curto texto legal, cuja premissa, todavia, atingia todas as bases de um grande sistema, não significou necessariamente uma vitória para aqueles que compulsoriamente ainda trabalhavam de forma compulsória, nem tampouco para aqueles que habitavam as diversas comunidades quilombolas ao longo do território brasileiro, pois, conforme se verifica na leitura do próprio texto legal não foi estabelecida nenhuma política de indenização ou de atribuição de direitos, ficando este público marginalizado.

No concernente àqueles que viviam nas comunidades quilombolas consolidadas e constituídas como espaços de fuga do sistema escravocrata, a abolição da escravidão prevista na Lei Áurea também não representou a legalização e reconhecimento dos seus espaços, uma vez que a supracitada lei não trouxe em seu texto nenhuma disposição que contemplasse a execução de políticas de estruturação ou atribuição de direitos a estes povos. As resistências, assim, continuaram tendo em vista que os direitos basilares ainda continuavam a ser algo inexistente e suas populações com seus modos, estruturas sociais, econômicas, práticas culturais e religiosas não obtiveram o crivo do reconhecimento legal pelo Estado, continuando desprotegidos. O estado de resistência, portanto, foi e continua a ser permanente.



Estes remanescentes só foram mencionados em um documento oficial a partir do ano de 1988, quando foi determinado no artigo 68 que “aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, devendo ainda ser mencionado o artigo 215 da Carta Política que dispõe que cabe ao Estado proteger a cultura afro-brasileira.” (Brasil, 1988).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 surgiu a necessidade de regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e emergiram discussões sobre a existência de uma identidade social e étnica compartilhada por estes povos, bem como sobre o estado permanente de resistência sobre o qual estes povos vivem mesmo após tantos anos de reconhecimento legal da abolição da escravidão no Brasil.

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2022, o primeiro no qual os integrantes das comunidades tradicionais foram investigados, foi constatado que o país possui uma população de 1,32 milhão de quilombolas, sendo que dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 possuem população Quilombola. Oficialmente, 494 territórios quilombolas são oficialmente delimitados (Brasil, 2022).

Segundo as informações obtidas do censo de 2022 o Estado do Piauí possui o sétimo maior quantitativo populacional de quilombolas no Brasil com um total de 31.686 pessoas (Brasil, 2022), sendo o quilombo da Custaneira localizado no município de Paquetá do Piauí um dos mais conhecidos.

Anotados alguns aspectos relevantes para a compreensão da questão quilombola na atualidade, o trabalho se debruçará a partir deste momento no estudo das práticas religiosas do Quilombo da Custaneira para compreender de forma mais concreta o estado permanente de resistência em cima de um objeto concreto.

### 2.3.2 Corpo, alma e religião: a continuidade do estado permanente de resistência na comunidade quilombola Custaneira/Tronco em Paquetá do Piauí

A comunidade quilombola Custaneira/Tronco é um povoado situado no município de Paquetá do Piauí, município este que foi criado no ano de 1994 por meio de Lei Estadual, e que possui área territorial total de 432,681 km<sup>2</sup>, população estimada de 3.953 pessoas e densidade demográfica de 9,25 habitantes por km<sup>2</sup> (Silva *et. al*, 2022).

A principal base da religião da comunidade quilombola da Custaneira é de origem africana, sendo a Casa de Guerreiro Caboclo de Oxóssi o principal espaço de manifestação religiosa daquela comunidade e o Pai Naldo Lima, o Mestre do Quilombo da Custaneira. O Mestre Naldo, destaca Faria (2020, p. 45),

É reconhecido por sua comunidade e por quem o conhece como uma forte liderança política, cultural e espiritual que faz resistir o modo de viver quilombola. Lima é pai de santo do terecô na casa Caboclo Guerreiro Oxóssi, no quilombo Custaneira, pai pequeno na casa de terecô no quilombo Canabrava dos Amaros, mestre puxador de roda de samba de cumbuca, encomendador de alma, conhecedor da culinária quilombola e guardião dos benditos tradicionais.

*Figura 1: Mestre Naldo Lima em ritual no ano de 2021.*



*Fonte: Autoral.*

Ao ser questionado em uma entrevista sobre quais místicas o movimento quilombola utiliza para se manter coeso e estimulado, Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, ao responder que as poesias e cantigas são as principais fontes, utilizou a religiosidade, os modos da comunidade Quilombola da Custaneira e o mestre Naldo como exemplos, tendo relatado naquela ocasião que

O quilombo Costaneira (PI) tem o mestre Naldo de Lima, que utiliza batuque, reisado, umbanda, candomblé, São Gonçalo. Quando ando com ele, a gente combina: eu falo e ele canta ou dança. E tudo vai dando certo. Uma vez estávamos em Minas Gerais, numa aula de Jucá, uma defesa do povo quilombola que usa um jogo com cacetes, e a polícia chegou pra ver o que era aquilo. Naldinho foi logo ao encontro deles oferecendo aluá, que estávamos bebendo, e explicou que aquilo era uma dança regada com aluá. O policial viu que tava tudo bem e foi embora. A poesia, dança, bebida, são malandragens que podemos acessar. No Piauí, temos vários batuques inventariados pelo Iphan. A

mãe Tiana, de Minas Gerais, numa audiência tensa num ministério em Brasília, puxou um ponto de umbanda e tudo se acalmou. Numa audiência sobre questões ambientais com grandes empreendimentos de mineração, também em Brasília, eu puxei uma poesia (faz pequena pausa e continua): “Nós extraímos os frutos nas árvores, eles expropriam as árvores; nós extraímos animais na mata, eles expropriam as matas dos animais; nós extraímos o peixe no rio, eles expropriam os rios dos peixes; nós extraímos a brisa do vento, eles expropriam o vento da brisa; nós extraímos o calor do fogo, eles expropriam o fogo do calor; nós extraímos a vida na terra, eles expropriam a terra da vida”. O cara da Vale do Rio Doce chegou pra mim e disse: “Foi no fígado, mas foi com elegância”. Então a poesia, o batuque, um conto, têm a vantagem de trazer palavras poderosas e as pessoas pararem pra ouvir (Santos, *online*, 2023).

No campo religioso da comunidade da Custaneira também são desenvolvidos rituais como o festejo do padroeiro Sagrado Coração de Jesus, festa de São Lázaro e semana Santa, sendo que durante os festejos que ocorrem no mês de junho a população participa de danças tradicionais como o Reisado, a Lezeira e o São Gonçalo (Cardoso, 2022). Tratando desta diversidade religiosa de modo mais detalhado, Moura *et al.* (2023 p. 238) expõem em sua pesquisa que:

A Comunidade Quilombola Custaneira/Tronco ostenta uma multiplicidade de práticas culturais, religiosas, e ações de natureza política e social/econômica que promovem o fortalecimento dos vínculos internos e externos daqueles que ali convivem. A realização de mostras e apresentações da Lezeira, São Gonçalo, Reisado, Samba de Cumbuco, bem como a convivência harmônica entre segmentos religiosos como o catolicismo, a umbanda e o candomblé convergem para o destaque da comunidade na conjuntura político-cultural do Estado do Piauí. Assim, pautando suas atividades em ensinamentos ancestrais e dotados de uma riqueza histórica e hereditária, a Custaneira/Tronco conserva, por meio da oralidade e do compartilhamento de conhecimentos distintos, uma tradição que remonta ao período colonial e que traz consigo um histórico de lutas e resistências que povoam a memória de seus moradores.

A descrição das práticas culturais e religiosas da Comunidade Quilombola Custaneira/Tronco, mencionando Lezeira, São Gonçalo, Reisado e a convivência harmônica entre catolicismo, umbanda e candomblé, ressoa na imagem da Roda de Lezeira. Ambos destacam a riqueza e vitalidade cultural da comunidade, mostrando como suas tradições, expressas na dança, fortalecem laços e preservam uma história de lutas e resistências desde o período colonial.



*Figura 2: Roda de Lezeira em julho de 2023.*



*Fonte: Autoral (2023).*

A comunidade se movimenta através de calendários festivos, funcionam como forma organizacionais de suas atividades, onde estão totalmente ligadas ao modo de vida e confluência. Desde o mês de janeiro com as festividades do reisado, até o fim do ano com o encerramento das atividades e entregas de oferendas em devoção ao Exu orixá e entidades de Umbanda em pedido de prosperidade para o ano seguinte. Conseguimos compreender como toda festividade do Quilombo Custaneira está ligada ao meio de produção agrícola ou pecuária, sendo ela independente de culto a este meio são dedicadas orações e cânticos com uma única finalidade, a de abundância no que almejem.

O Reisado a Leseira e o São Gonçalo são danças que nem mesmo as pessoas que compõem o quilombo conseguem explicar ou deduzir como se originaram, acreditam que de forma mística. Todos, sem exceção, participam das rodas, eles acreditam que simplesmente aprenderam dos seus ancestrais e isso foi repassado de uma a um até os dias atuais.

O Reisado ou Folia de Reis é cultuado fortemente no mês de janeiro, junto as chuvas de inverno no sertão piauiense, logo após as festividades de natalício de Jesus Cristo onde durante a dança são expressadas diversas figuras mitológicas das histórias e superstições locais, podendo citar o Lobisomem, a mulher do fogo, o velho do cachimbo, o boi, Jaraguá e a burrinha de meu amo.

A partir dessas figuras podemos observar que a o reisado do Quilombo Custaneira tem uma particularidade dos demais regionais ou até mesmo nacionais e isto causa um diferencial visual e sincrético ao qual chama a atenção dos telespectadores e participantes da dança, esta apresentação funciona como uma peça teatral onde contam uma história de alguma lenda ancestral ou relatam de uma forma humorística os problemas atuais.

A Lezeira, cultuada principalmente entre os meses de março e abril, é uma festividade e dança comumente ligada a Semana Santa, onde se atribui as festividades de condolências da igreja católica, a morte e ressurreição de Jesus Cristo, estando este momento ligado a penitências. É uma dança de pares trocados, onde homens e mulheres interagem, e no momento em que dançam são sonoramente acompanhados por tambores e percussões. À medida em que os casais dançam, eles também cantam os seus sambas, a dança é feita de forma circular a batida de palmas é intensa e animada.

Tais práticas fazem remontar à teoria da circularidade de Antônio Bispo dos Santos, a qual prega que tudo é circular, que a vida não tem fim e que apesar dos saberes irem para caminhos dianteiros, regressam para os seus pontos de origem, fazendo com que o ciclo continue a se repetir e se perpetuar.

A noção de ação e recomeço existente na teoria da circularidade de Nêgo Bispo defende que esta perspectiva permite que as vivências sejam melhores e que os saberes percorram caminhos longos, mas voltem ao seu ponto de origem para recomeçar o ciclo.

Clarividente que a religiosidade na comunidade Quilombola da Custaneira é algo marcante, como costuma ser nas comunidades remanescentes de quilombos espalhadas por todo o território brasileiro e os estudos sobre este campo dentro destas comunidades propiciam o conhecimento acerca das próprias raízes identitárias do Brasil, uma vez que, como pontuou Neves (2019), a história da sociedade brasileira se confunde com a história das religiões de matriz afro-indígena, pois há uma ligação direta com o sequestro dos povos africanos para o território brasileiro através do tráfico negreiro e pela expropriação e massacre desferidos contra os povos indígenas.

A população da comunidade Custaneira é um testemunho vivo do processo de resistência iniciado no período escravocrata e conhecer comunidades remanescentes de quilombo como a retromencionada propicia a busca pelo conhecimento da identidade coletiva não apenas dos que a integram, mas do território brasileiro como um todo.

Em comunidades como esta, pontuam Moura, *et. al.* (2023) as pessoas que as integram se apropriam da cultura e da religião como elementos intrínsecos a sua maneira de ser e de se portar socialmente, podendo ela interferir interna e externamente no grupo, de modo que são incorporados aspectos relativos à sua própria identidade, capazes de delinear a sua visão sobre si e sobre o outro.

Rituais religiosos, sobretudo aqueles que envolvem o emprego da dança como ocorre, por exemplo, nas rodas de São Gonçalo e de Leseira, fazem com que, além da oralidade que propaga os fazeres e suas técnicas ao longo de gerações, os movimentos do corpo, os quais na visão de Mauss (1974), tem a sua utilização limitada pelo desenvolvimento dos meios mecânicos, também sejam fontes e propagadores de tradições. O corpo neste contexto, portanto, ultrapassa os limites da vida material, cujas bases e premissas são essencialmente laborais, e ganha um sentido simbólico, sendo um criador e reproduzidor de valores, costumes e tradições de uma sociedade.

Redigido e substanciado por palavras, alguns antropólogos e historiadores tentam esboçar e limitar que todos os Quilombos estão e fazem parte de algum padrão originário, porém o quilombo Custaneira quebra esses paradigmas e prova as suas particularidades.

A cultura no quilombo persiste e resiste como meio de autoafirmação e reconhecimento, a religiosidade está fortemente presente desde as mandingas, antes mesmo serem reconhecidas como forma de prática religiosa. É notória através dos mais velhos que a colonização é fortemente vivente através do sincretismo religioso, e isto foi praticado no quilombo, hoje o quilombo entende e compreende como isto foi enraizado e deve ser desmistificado, mas ainda cultua as práticas do catolicismo como forma de tradição, levando em conta a sua ancestralidade.

O quilombo tem como principais religiões, o candomblé, umbanda e a católica, onde todas conversam entre si e dialogam para o desenvolvimento cultural do Quilombo. Com isso, percebe-se que os moradores do quilombo vivem comumente entre as três religiões presentes, onde as mesmas pessoas que estão presentes nas atividades da igreja católica, também são médiuns de umbanda ou yaôs (pessoas



iniciadas em rituais de candomblé) e abiãs (pessoas da religião candomblé, porém não iniciados), o que evidencia sua inclinação ao politeísmo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e desenvolvimento dos quilombos, cujos espaços propiciaram a reprodução, construção e ressignificação de práticas culturais e religiosas que, além de serem meios de manifestação dos seus modos, saberes e ancestralidades, também deram e continuam a dar por meio dos seus remanescentes demonstrações de resistência, e são como um importante constitutivo da diversidade social, cultural e religiosa do país enquanto nação.

As comunidades quilombolas, com suas raízes e identidades, sofreram por séculos com a marginalização perante o Estado e as repartições que lhe davam suporte, dentre as quais se destaca a igreja católica, e apesar das mudanças ocorridas com o reconhecimento constitucional destes espaços e pelo acervo legal que integra o rol de políticas públicas voltadas para estas comunidades a reparação histórica ainda está longe de ocorrer e a sombra do período escravocrata ainda é uma realidade. A resistência dos povos africanos e das suas respectivas descendências ao sistema opressor persiste, desde a forma mais incisiva às mais sutis.

Comunidades espalhadas Brasil afora como a da Custaneira/Tronco de Paquetá do Piauí estudada neste trabalho sob a perspectiva das suas práticas religiosas mostram que os saberes e resistências, como disse Antônio Bispo dos Santos, são circulares e que seguir adiante, mas regressar às raízes é sempre o fim último.

É preciso, assim, e reformular as histórias dos povos africanos do Brasil, recompor, reconstruir e ressignificar as suas narrativas, símbolos e significados, com vistas a evidenciar o seu protagonismo e a autonomia, bem como redefinir as narrativas limitadoras da consciência social destes povos. A apropriação dos Quilombos, como símbolos de luta e resistência pelo movimento negro, corporifica e reorienta, considerando as suas vertentes simbólicas, as lutas contra o sistema escravocrata e contra o racismo estrutural da sociedade brasileira.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Izaias Geraldo de. **ROGAIS POR NÓS AGORA E NA HORA DE NOSSA MORTE: o discurso religioso e as injustiças da sociedade nas prédicas**



“**Dores de Maria**”. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Ciências da Religião-, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/290/1/dissertacao\\_izaias\\_andrade.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/290/1/dissertacao_izaias_andrade.pdf) Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm) Acesso em 15 set. 2023.

\_\_\_\_\_. [**Constituição Federal (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jun. 2023.

CARDOSO *et. al*, Eduardo Bruno. MOVIMENTOS CORPORAIS E COSTUMES EM COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SEMIARIDO BRASILEIRO: elementos contribuintes para educação física. **Revista Interdiscilinar (Centro Universitário Uninovafapi)**, Teresina, v. 12, n. 4, p. 56-64, 2022. Semestral.

CARDOSO, Jaqueline da Silva Torres. “**QUILOMBOLA É AQLA PESSOA QUE LUTA PRA SER GUERREIRO**”: estudo etnográfico do processo de socialização das crianças quilombolas na comunidade Custaneira/Tronco na cidade de Paquetá do Piauí. 2022. 242 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Processos e Manifestações Culturais-, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000036/0000360d.pdf> Acesso em: 24 set. 2023.

**CENSO 2022 População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo> Acesso em 25 set. 2023.

DAS NEVES, Ciani Sueli. **NINGUÉM VAI TIRAR A COMIDA DA BOCA DE EXÚ**. **Revista Legislux**, Belém do São Francisco, v. 1, n. 1, p. 42-56, 2019. Semestral.

FARIA, Elisa Sampaio de. **CONFLUÊNCIAS DE AXÉ NAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS**: acontecimentos para pensar práticas de conhecimento. 2020. 166 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social-, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35286/1/2020%20Elisa%20Sampaio%20de%20Faria%20Doutorado%20Tese.pdf> Acesso em: 24 set. 2023.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. **CULTURA, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE QUILOMBOLA**: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 106-115, 2014. Fluxo Contínuo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spDq5Xm6vNYFqmh89X7g/?format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>



GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 240 p.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/137196/132982>. Acesso em: 12 out. 2023.

MACHADO, Joana Maria; DA ROSA, Wanderley Pereira. RELIGIÕES BRASILEIRAS DE MATRIZ AFRICANA: um estudo das representações sociais a partir da religiosidade da comunidade quilombola do Sítio dos Crioulos em Jerônimo Monteiro/ES. **Caminhos**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 234-256, 2022. Quadrimestral. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/12382/5678> Acesso em: 20 set. 2023.

MAUSS, Marcel; LEVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 2v.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. Teresina: EdUESPI, 2021.

MOURA *et al.*, Virna Rodrigues Leal.. Aspectos étnico-relacionais do “ser” quilombola nas brumas de Custaneira/Tronco. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 232–248, 2023. DOI: 10.53660/277.prw511. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/277>. Acesso em: 9 set. 2023.

NACIONAL, Biblioteca. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 64 p. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf](https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

NEGO BISPO COMEÇO MEIO E COMEÇO. Disponível em: <https://revistarevestres.com.br/entrevista/comeco-meio-e-comeco/> Acesso em 20 set. 2023.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro, Canudos**: revisão histórica. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

PEDROZA, Reigler Siqueira. Aspectos simbólicos da cultura corporal em rituais populares: performances corporais na comunidade quilombola Magalhães. *In*: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011, Goiânia, GO. **Anais** [Diálogos Entre Graduação e Pós-Graduação]. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Reigler\\_Siqueira\\_Pedroza.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Reigler_Siqueira_Pedroza.pdf) Acesso em 13 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Os rituais/festejos da comunidade quilombola Magalhães**: em cena a performance da folia de São Sebastião. 2022. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física,



Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em:  
[http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/46351/1/2022\\_ReiglerSiqueiraPedroza.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/46351/1/2022_ReiglerSiqueiraPedroza.pdf). Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: Inct, 2015.

SILVA, Mônica Cristina Adams de Matos da; ÁVILA, Vicente Fideles de. MACIEL, Josemar de Campos. RELIGIOSIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FESTA EM HOMENAGEM A SÃO JOÃO BATISTA E DA MISSA AFRO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO “SÃO JOÃO BATISTA” –CAMPO GRANDE/MS. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, n. 8, p. 45-64, 2010. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30347/15931> Acesso em: 24 set. 2023.

SILVA *et al.*, Rita de Kássia Leal e. Organização financeira familiar em comunidades tradicionais. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 5, n. 2, p. 1 - 6, 6 mar. 2023.

VERSIANI, Flávio R. Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora Ufs, 2016. Cap. 1. p. 13-53. Disponível em: [https://www.editora.unb.br/downloads/24H/muitos-escravos-muitos-senhores\\_WEB24H.pdf](https://www.editora.unb.br/downloads/24H/muitos-escravos-muitos-senhores_WEB24H.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

VIEIRA, Mauro Primo. **INFLUÊNCIA DA MATRIZ AFRICANA NA RELIGIOSIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CEDRO DE MINEIROS-GO**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4548/2/Mauro%20Primo%20Vieira.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

*Submetido em: 17/12/2023*

*Aceito em: 26/01/2024*